

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE CACOAL
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CLAUCIO BENEDITO RODRIGUES VIANA

**AS VANTAGENS DE SER UM COOPERADO
EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO**

Prof^ª. Ms Estela Pitwak Rossoni – Orientadora
ARTIGO DE GRADUAÇÃO

CACOAL, RO
2007

CLAUCIO BENEDITO RODRIGUES VIANA

**AS VANTAGENS DE SER UM COOPERADO
EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO**

Artigo apresentado à Universidade Federal de Rondônia, *Campus* de Cacoal, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Prof. Estela Pitwak Rossoni, Ms. – Orientadora

CACOAL, RO

2007

AS VANTAGENS DE SER UM COOPERADO EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Por

CLAUCIO BENEDITO RODRIGUES VIANA

Artigo apresentado à Universidade Federal de Rondônia, *Campus* de Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, mediante a Banca Examinadora formada por:

Presidente: Profa. Estela Pitwak Rossoni, Ms. – Orientadora, UNIR

Membro: Prof. Ms. Marcelo Ferreira Tete

Membro: Prof. Ms. Wellington Silva Porto

Cacoal, 15 de junho de 2007.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e à minha família pela força e incentivo.

Aos meus professores pela paciência, em especial à Profa.

Ms. Estela Pitwak, pelo carinho e dedicação com que me tratou durante o curso e no final como minha orientadora.

“A união entre pessoas para coletivamente promover seu autodesenvolvimento econômico, transcende o contraste da especulação capitalista”.

(Jane Aparecida Stefanés Domingues, 2002)

AS VANTAGENS DE SER UM COOPERADO EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Claucio Benedito Rodrigues Viana¹

Resumo: O presente trabalho tem por finalidade apresentar definições sobre o cooperativismo, seu surgimento, como se espalhou pelo mundo, além de descrever o funcionamento de uma cooperativa de crédito, buscando verificar quais as vantagens de ser cooperado e identificar motivos pelos quais os cooperados preferem a cooperativa ao invés de um banco. Para tanto, após uma revisão da literatura disponível, se elaborou e aplicou um instrumento de coleta do tipo questionário semi-estruturado a 30 cooperados. Dentre os vários tipos de cooperativas existentes, optou-se por tratar sobre o funcionamento de uma cooperativa de crédito mútuo por ser um tipo de cooperativa presente no município de Cacoal, a CREDICACOAL, obtendo-se como principais resultados que a maioria dos associados (66%), mantém conta corrente em outra instituição financeira.

Palavras-Chave: Cooperativismo de crédito. Vantagens. Cacoal.

THE ADVANTAGES OF TO BE ONE COOPERATED IN COOPERATIVES OF CREDIT

Claucio Benedito Rodrigues Viana¹

Abstract: The present work has for purpose to present definitions on the cooperativismo, its sprouting, as it was spread for the world, beyond understanding the functioning of a credit cooperative, searching to verify which the advantages of being cooperated and to identify reasons for which the cooperated ones prefer the cooperative instead of a bank. For in such a way, after a revision of available literature, if elaborated and applied an instrument of collection of the type half-structuralized questionnaire the 30 cooperated. Amongst the some types of existing cooperatives, it was opted to treating on the functioning of a cooperative of mutual credit for being a type of present cooperative in the city of Cacoal, the CREDICACOAL, getting itself as main results that the majority of the associates (66%), matém counts chain in another financial institution.

Key-Word: Cooperativismo of credit. Advantages. Cacoal.

¹ Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Rondônia UNIR, *Campus* de Cacoal, sob orientação da Professora Mestre Estela Pitwak Rossoni.

I INTRODUÇÃO

As cooperativas têm uma importância muito forte na vida das pessoas. Com o capitalismo da maneira que é hoje, beneficiando alguns poucos em detrimento do sofrimento da maioria da população, as cooperativas é uma forma de se opor aos critérios do mercado de capitais. As pessoas se unem em sociedade, fundando suas cooperativas sejam elas de trabalho, consumo, ou produção. Organizam-se de forma a comercializar seu trabalho ou produtos de maneira que se alcance uma divisão justa dos lucros, o que é impossível de se conseguir trabalhando isoladamente.

Existe um número significativo de cooperativas de vários tipos: cooperativas de crédito agrícola; cooperativas de crédito profissionais, de classe ou de empresas; cooperativas populares de crédito urbano; cooperativas de crédito mútuo, etc.

As estatísticas da organização das Cooperativas Brasileiras – OCB – apresentam a existência de mais de 7.200 cooperativas, cerca de 6,5 milhões de cooperados. Juntos, cooperativas e cooperados geram 195 mil empregos e o faturamento estimado para 2005 era de aproximadamente 93 bilhões de reais. Por se tratar de um segmento em crescente desenvolvimento, este estudo justifica-se pela necessidade de se ampliar a discussão sobre o tema, suas particularidades, sua função social e seu enquadramento no sistema financeiro.

A idéia desse trabalho surgiu da curiosidade de se saber como é o funcionamento de uma cooperativa de crédito; onde e quando surgiu; perfil dos cooperados e qual a diferença entre uma cooperativa de crédito e um banco convencional, tendo como objetivo geral descrever o funcionamento de uma cooperativa de crédito e os objetivos específicos de verificar quais as vantagens de ser um cooperado e identificar motivos pelos quais os cooperados preferem à cooperativa de crédito ao invés de um banco convencional.

A metodologia utilizada foi a revisão de literatura (fontes secundárias) e a realização de entrevista (fontes primárias) com 30 cooperados (10% dos associados da credicacoal), por meio de preenchimento de formulário semi-estruturado.

I REVISÃO DA LITERATURA

1.1 COOPERATIVISMO

1.1.1 Conceito e Princípios do Cooperativismo

Cooperativismo é uma doutrina econômica e social que representa uma forma alternativa de geração de trabalho e renda. Tem um papel incluyente e uma lógica diferente da do sistema mercantilista. (CECRESP, 2007)

No quadro 1 são apresentados princípios do cooperativismo:

| Em 1844, em Rochdale, na Inglaterra | Em 1937, em Paris, na França | Em 1966, em Viena, na Áustria | Em 1995, em Manchester, na Inglaterra |
|---------------------------------------|--|--|---|
| 1 – Adesão livre (porta aberta) | 1 - Adesão livre | 1 - Adesão livre (inclusive neutralidade política, religiosa, racial e social) | 1 - Adesão livre e voluntária |
| 2 – Gestão democrática | 2 - Gestão democrática | 2 - Gestão democrática | 2 - Gestão democrática pelos associados |
| 3 – Retorno “pro -rata” das operações | 3 – Retorno “pro -rata” das operações | 3 – Distribuição das sobras a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; c) aos associados “pro - rata” das operações | 3 – Participação econômica dos associados |
| 4 – Juros limitados ao capital | 4 – Juros limitados ao capital | 4 – Taxas de juros limitados ao capital social | 4 – Autonomia e independência |
| 5 – Vendas a dinheiro | 5 – Vendas a dinheiro | 5 – Constituição de um fundo para educação dos associados e do público em geral | 5 – Educação, formação e informação |
| 6 – Educação dos membros | 6 – Desenvolvimento da educação em todos os níveis | 6 – Ativa cooperação em plano local, nacional e internacional | 6 – Cooperação entre cooperativas |
| 7 – Cooperativização global | 7 – Neutralidade política, religiosa e racial | - | 7 – Interesse pela comunidade |

Quadro 1 – Princípios do Cooperativismo

Fonte: Centralcredi (2007)

Vê-se pelo quadro 1, que ocorreram mudanças na apresentação dos princípios elaborados pelos Pioneiros, adaptando-os a cada época, sendo mantidos os conceitos básicos formulados em 1844.

1.1.2 História do Cooperativismo

Segundo Pinheiro (2006), o cooperativismo existe desde a pré-história. A cooperação tem sido uma constante no ser humano através dos tempos. Desde os tempos primitivos os homens vêm trabalhando em conjunto, na colheita, na caça, na pesca, na habitação e na produção de bens.

Na antiguidade, o cooperativismo já se fazia presente. Já naquele tempo os homens demonstravam tendências de viverem em grupos para defenderem os interesses de todos. Na Babilônia, no Egito e na Grécia já existiam formas de cooperação nos campos de trigo e no artesanato. Já quando do descobrimento da América, no século XV, as civilizações já se ajudavam mutuamente. Os Astecas, os Maias e os Incas, por exemplo, viviam em regime de verdadeira ajuda mútua. (PINHEIRO, 2006).

De acordo com Pinheiro (2006), o cooperativismo moderno surgiu junto com a revolução industrial (1760-1850) como forma de amenizar os traumas econômicos e sociais que assolavam a classe de trabalhadores com suas mudanças e transformações. Durante décadas, na Inglaterra e na França, foram organizadas diversas sociedades com características de cooperativas. Esses movimentos de cooperação foram conduzidos por idealistas, como Robert Owen², Charles Fourier³ e Louis Blanc⁴.

² Sócio de uma grande fábrica têxtil, preocupado com a situação de seus funcionários defendeu planos de reforma social assim como medidas de ordem social em sua própria fábrica. Diminuiu o número de horas de trabalho de 17 para 10 horas ao dia e aumentou os salários. Proibiu que fossem empregados menores de 10 anos e lhes ofereceu ensino gratuito. Ofereceu aos seus empregados moradias baratas e os artigos de consumo. Isso fez com que melhorasse a situação econômica de sua fábrica (ETGETO, 2005).

³ Francês, em 1820 publicou a obra intitulada *Tratado da Associação Doméstica Agrícola ou Teoria da União Universal*, porém suas idéias ficaram só nas intenções, uma vez que nunca foram colocadas em prática, nem conseguiu muitos discípulos entre seus contemporâneos pra dar continuidade aos seus pensamentos (ETGETO, 2005).

⁴ Reformador, deu maior atenção aos trabalhadores da grande indústria, e escreveu um livro intitulado *A Organização do trabalho no qual ele explica seu sistema sócio-político*, entre outros, que defendiam propostas baseadas nas idéias de ajuda mútua, igualdade, associativismo e auto-gestão (ETGETO, 2005).

Considerados os precursores do cooperativismo, estes pensadores socialistas começaram a estudar as formas de organização das civilizações antigas até que descobriram a cooperação como instrumento de organização social.

Na sua primeira etapa, o processo de industrialização fez com que os artesãos e trabalhadores rurais migrassem para as grandes cidades, atraídos pelas fábricas em busca de melhores condições de vida. Essa migração fez com que houvesse excesso de mão-de-obra, resultando na exploração do trabalhador de forma abusiva e desumana. Ao serem prejudicados pelo novo modelo Industrial que substituiu o trabalho artesanal, 28 tecelões do bairro de Rochdale, em Manchester, na Inglaterra, decidiram pela criação de uma sociedade de consumo, baseada no cooperativismo puro. Em 21 de dezembro de 1844, fundaram a “Sociedade dos Probos e Pioneiros de Rochdale”. Estes tecelões fundaram um armazém comunitário, com um capital inicial de 28 libras, representando uma libra que cada um do grupo havia economizado. Assim nasceu a primeira cooperativa de consumo da história.

Os próprios fundadores é que administravam este modesto estabelecimento, dispondo de pequenos estoques de farinha, aveia e açúcar. Este estabelecimento chegou a se alvar de deboche dos tradicionais comerciantes da cidade, em compensação despertou o interesse dos consumidores locais e principalmente das classes trabalhadoras, pela sua prosperidade. O que parecia apenas um armazém transformou-se na semente do movimento cooperativista.

Com o aperfeiçoamento do sistema os tecelões desenvolveram um conjunto de “Princípios Básicos do Cooperativismo”, adotados mais tarde por cooperativas surgidas em vários países. Ocorreram modificações com o tempo, mas sua essência foi preservada: adesão livre e voluntária, autonomia e independência, gestão democrática pelos cooperados, participação econômica dos membros, educação, formação, informação, intercooperação e interesse pela comunidade.

1.1.3 CONCEITO, FINALIDADE, FUNCIONAMENTO E OBJETIVOS DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO.

O avanço das cooperativas representa uma importante questão para o mundo do trabalho e do emprego.

A legislação, no Art. 4º da Lei n.º 5764, de 16 de dezembro de 1971, preceitua que sociedade cooperativa é a modalidade de sociedade de pessoas com forma e natureza jurídica próprias, não sujeitas à falência, e de natureza civil. Ao definir como “sociedade de pessoas” o legislador tinha o intuito de afastar qualquer semelhança com as sociedades de capital, visto que na sociedade de pessoas, o elemento principal é o sócio e sua capacidade de administrar, assim como seu interesse está voltado ao desenvolvimento e funcionamento da cooperativa, nas sociedades de capital a finalidade é o lucro.

As sociedades cooperativas têm por finalidade a prestação de serviços aos associados para o exercício de uma atividade comum, econômica, sem que tenham elas fito de lucro, condição estabelecida no Art. 3º da Lei n.º 5.764/71.

As sociedades cooperativas devem adotar em sua denominação a expressão “cooperativa”, de maneira que sejam individualizadas no sistema jurídico e ficando impedidas de utilizar o termo “banco”, a fim de que não induza ao erro as pessoas que utilizem seus serviços.

Os objetivos específicos das cooperativas de crédito são de acordo com o SEBRAE (2003):

- a) estabelecer instrumentos que possibilitem o acesso ao crédito produtos financeiros;
- b) estimular os associados a poupar;
- c) conceder empréstimos a juros mais baixos que as instituições convencionais;
- d) promover integração entre empregados de uma mesma empresa, profissionais de uma mesma categoria, entre micro e pequenos empresários, para assim desenvolver o espírito de grupo, solidariedade e ajuda mútua.

Apesar de poderem comercializar produtos semelhantes aos bancos, existem distinções entre um e outro conforme quadro 2. Embora as duas entidades estejam sobre a fiscalização do Banco Central, as semelhanças são poucas. Ainda assim, são vistas como instituições financeiras por equiparação (MEINEN, 2002).

| PRINCIPAIS DISTINÇÕES ENTRE BANCOS E COOPERATIVAS | |
|---|---|
| BANCOS | COOPERATIVAS |
| São sociedades de capital | São sociedades de pessoas |
| O poder é exercido na proporção do número de ações | O voto tem peso igual para todos (1 voto, 1 pessoa) |
| As deliberações são concentradas | As decisões são compartilhadas entre muitos |
| O administrador é um terceiro | O administrador é um cooperativado |
| O usuário das operações é mero cliente | O usuário é o próprio dono (cooperativado) |
| O usuário não exerce qualquer influência na definição do preço dos produtos | Toda a política operacional é decidida pelos próprios usuários/donos |
| Podem tratar distintamente cada usuário | Não podem distinguir, o que vale para um vale para todos (art. 37 da Lei n.º 5.764/71) |
| Preferem o grande poupador e as grandes corporações | Não discriminam, voltando-se mais para os menos abastados |
| Priorizam os grandes centros | Não se restringem, tendo forte atuação nas comunidades mais remotas |
| Têm propósitos mercantilistas | A mercancia não é cogitada |
| A remuneração das operações e dos serviços não tem parâmetro/limite | O preço das operações e dos serviços visa à cobertura de custos (taxa de administração) |
| Atendem em massa, priorizando ademais, o auto-serviço/automação | O relacionamento é personalizado/individual, com o apoio da informática |
| Não têm vínculo com a comunidade e o público-alvo | Estão comprometidas com as comunidades e os usuários |
| Avançam pela competição | Desenvolvem-se pela cooperação |
| Visam o lucro por excelência | O lucro está fora de seu objeto |
| O resultado é de poucos donos (nada é dividido com os clientes) | O excedente (sobras) é distribuído entre todos (usuários), na proporção das operações individuais, reduzindo ainda mais o preço final pago pelos cooperativados |
| No plano societário, são regulamentados pela Lei das Sociedades Anônimas, Lei n.º 6404/76 | São regulamentadas pela Lei Cooperativista, Lei n.º 5.764/71. |

Quadro 2: Principais distinções entre bancos e cooperativas.

Fonte: Meinen (2002, p. 16-17).

De acordo com o SEBRAE (2003), uma cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada por uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeita a falência. De maneira geral, seu objetivo é propiciar crédito e prestar serviços de modo mais simples e vantajoso para seus associados, como emprestar dinheiro com juros mais baixos e com menos exigências do que os bancos.

1.1.3.1 O Cooperativismo de Crédito no Mundo

As primeiras cooperativas de que se tem relato surgiram na França e na Inglaterra entre os anos de 1820 e 1840, em uma clara mostra de reorganização da sociedade após os eventos da Revolução Industrial, quando se forjava o modelo econômico sólido e incontrolável que iria se espalhar por todo o mundo: o capitalismo.

O princípio organizado do cooperativismo data de 1844, em Rochdale na Inglaterra, quando foi fundada a Sociedade dos Probos, composta por um grupo de 27 tecelões e uma tecelã que almejavam simplesmente sobreviver, eles somaram suas economias e montaram um armazém com a finalidade de comprar alimentos sem ter que se sujeitar aos atravessadores, obtendo melhores preços e melhores condições para compra.

O cooperativismo de crédito, segundo Meinen (2002), surgiu na Alemanha em 1848, quando alguns agricultores da cidade de Fammersfeld tentaram fazer frente aos agiotas que exploravam os fazendeiros que precisavam de dinheiro na região. Meinen (2002) relata que os agricultores criaram uma associação de ajuda mútua denominada de Associação de Amparo aos Agricultores sem Recurso ou simplesmente Caixa Rural. Como a prática utilizada na época era o escambo⁵, ocorria que um comerciante de gado cedia vacas leiteiras para quem não as tinha e quando chegava a época do pagamento tomava de volta não apenas as vacas cedidas como também as crias das mesmas, de maneira que o tomador do empréstimo teria que pegar novamente uma vaca emprestada e assim sucessivamente, jamais conseguindo pagar-lhe totalmente, ficando refém de sua dívida.

Para fazer frente ao agiota, os agricultores juntaram forças, conseguindo atender as necessidades uns dos outros. Os mais favorecidos ajudavam os menos, a um custo mais baixo de capital, pois o objetivo não era o enriquecimento, mas a auto-suficiência do grupo. Para Meinen (2002), nascia uma fonte alternativa e

⁵ Escambo, s. m. Troca; permuta; câmbio. (HILDEBRAND, 2004)

democrática de financiamento, que mais tarde viria a se chamar de cooperativismo de crédito.

Edificadas sobre valores como ajuda mútua, democracia, igualdade, fidelidade e solidariedade e princípios éticos como honestidade, transparência, responsabilidade social, disciplina, comprometimento e profissionalismo, as cooperativas surgiram para reestruturar o ambiente econômico e possibilitar que todos tenham acesso aos fatores de produção viabilizando os seus empreendimentos.

1.1.3.2 O Cooperativismo de Crédito no Brasil

Foi fundada no Brasil em 27 de outubro de 1889, provavelmente a primeira sociedade com a denominação de “Cooperativa”, a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, na então capital da província de Minas, Ouro Preto. Embora criada como cooperativa de consumo, os artigos 41 a 44 de seu estatuto social previam a existência de uma “caixa de auxílios e socorros” com o objetivo de prestar auxílios e socorros às viúvas pobres de associados e aos sócios que ficassem sem trabalho. (PINHEIRO, 2006.)

A disseminação da idéia do cooperativismo no Brasil surgiu em 1902, quando o jesuíta suíço Theodor Amstad criou sob os mesmos princípios das cooperativas européias uma associação rural na Linha Imperial, município gaúcho de Nova Petrópolis. Em seu discurso de abertura, Theodor Amstad defendera a idéia de que unidos os agricultores poderiam romper barreiras que jamais poderiam se o tentassem individualmente. De acordo com ele:

Se uma pedra se atravessa no caminho e vinte pessoas querem passar, não o conseguirão se um por um a procuram remover individualmente. Mas se as vinte pessoas se unem e fazem força ao mesmo tempo, sob a orientação de um deles, conseguirão solidariamente agastar a pedra e abrir o caminho para todos. (AMSTAD *apud* MEINEN, 2002, p. 14).

A primeira cooperativa de crédito brasileira chamava-se Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, que continua em atividade atualmente com o nome de SICREDI Pioneira, mantendo-se entre as maiores do país.

Em 1906, o mesmo Theodor Amstad inaugura em Lajeado/RS, a primeira cooperativa de crédito aberta ao público denominando-a de Caixa de Poupança e Empréstimos. Em 1925, também no Rio Grande do Sul, acontece a primeira reunião de cooperativas, que neste ano já somavam 18 e já eram consideradas agentes de financiamento rural por concederem créditos vultuosos e com menos burocracia.

De acordo com Meinen (2002), o tamanho do êxito que as comunidades do interior obtiveram estimulou os bancários da capital gaúcha, levando-os a constituir em 1946, a Cooperativa de Crédito dos Funcionários da Matriz do BANRISUL⁶ Ltda. Anos depois, em 1960, no Rio de Janeiro, foi fundada a Cooperativa dos Colaboradores da CNBB⁷-Pax, composta por empregados do Palácio São Joaquim do Episcopado, apoiada pelo então arcebispo auxiliar Dom Helder Câmara.

Na década de 50 a criação de cooperativas do tipo Luzzati, ou de livre associação, foi proibida na reformulação da legislação bancária, onde os bancos oficiais foram transformados em instrumentos canalizadores de recursos para o campo, aparando as aspirações societárias e fomentadoras de crédito das cooperativas. Nos anos 60, em pleno regime militar, de regime centralizador e totalitário, as cooperativas foram praticamente extintas, permanecendo apenas as de economia e crédito mútuo, porém eram constantemente atingidas pelo controle governamental. Para Meinen (2002), um grande atraso histórico de proporção irreparável.

Neste ambiente instável e opressor, as duas organizações que regulamentavam o setor neste período, Aliança Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e União Nacional das Associações Cooperativas (UNASCO), ambas fundadas em 1956, estavam em constante divergência, enfraquecendo e dividindo o movimento.

Apesar de debilitado, o movimento ainda era influente no campo e passou a ser interessante para o governo a sua reestruturação, de maneira a auxiliar na consolidação das políticas estatais para o setor agrícola. Baseado nesta teoria, o ministro da Agricultura Luiz Fernando Cirne Lima solicitou em 1967, ao então

⁶ BANRISUL – Banco do Estado do Rio Grande do Sul

⁷ CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

secretario de Agricultura do Estado de São Paulo, Antônio José Rodrigues, considerado uma liderança, organizasse e unisse o movimento. Após dois anos de exaustivas negociações, o movimento se reuniu, aprovando a criação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que a partir de 1969 substituiu as duas instituições vigentes, comprometendo a ser imparcial, com neutralidade política e religiosa, e, sobretudo sem fins lucrativos (Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) 2004, p.43-44)

Nos anos 80 uma grande redução dos recursos oficiais para o campo e com a exorbitante taxa de inflação, surgiu no Rio Grande do Sul um novo modelo de cooperativismo, chamada de Cooperativa Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul Ltda. (COCECRER), era um modelo sistêmico e de gestão integrada, que reuniu nove cooperativas sob um único padrão. Era uma proposta inovadora que servia para fortalecer o movimento e fazer renascer os ideais cooperativistas de maneira incomparável.

Em 1986 constituiu-se em Vitória/ES, a Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (CONFEBRÁS). Em 1989, em Casca/RS, a primeira cooperativa de médicos e profissionais da saúde, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Saúde Vinculados à Unimed do Vale das Antas Ltda. (UNICRED Vale das Antas), de onde se espalharam as demais cooperativas de saúde do país.

De acordo com Meinen (2002), em outubro de 1995 as cooperativas filiadas à Central do SICREDI-RS e que constituem o Banco Cooperativo SICREDI S.A., passaram a ter acesso a produtos e serviços bancários que até então eram vedados às cooperativas por força da legislação vigente, passando a administrar em maior escala os seus recursos financeiros.

1.1.3.3 As Cooperativas de Crédito em Rondônia

Segundo Borgio⁸ (2006), em Rondônia existem 28 cooperativas de crédito, com 45 pontos de atendimento com cerca 300 funcionários. O Estado tem a forte presença do Sistema SICOOB e do Sistema CrediSIS-NOBR (Sistema de

⁸ atual presidente da Centralcredi

Crédito do Noroeste Brasileiro). O CrediSIS-NOBR está presente em 12 municípios, e tem nessa lista importantes cooperativas de crédito que ajudaram a desenvolver a região. Por exemplo, a Cooperativa de Crédito Rural de Pimenta Bueno (RO) (CREDIP) foi à primeira iniciativa de cooperativismo de crédito bem sucedida em Rondônia. Constituída em 1998, com apenas 83 associados e capital social de R\$ 11.300,00, hoje já são 4.730 cooperados e um capital social de R\$ 5.711.000,00.

A responsabilidade social é mais um fator importante nas cooperativas de crédito assim como afirma Borgio:

Da mesma forma que valorizamos as iniciativas que promovam o crescimento do capital dos associados, também investimos em projetos e ações que reduzam as desigualdades sociais daqueles que em algum momento foram excluídos do processo. Sabemos que as desigualdades sociais limitam o crescimento pessoal e profissional.

Também são integrantes da Centralcredi - NOBR as cooperativas de Crédito Rural de Alta Floresta D'oeste (FLORESTACREDI), Cooperativa de Crédito Rural de Ariquemes (CREDIARI), Cooperativa de Crédito Rural de Cacoal (CREDICACOAL), Cooperativa de Crédito Rural de Espigão do Oeste (CREDIESPIGÃO), Cooperativa de Crédito Rural de Jarú (JARUCREDI), Cooperativa de Crédito Rural de Rolim de Moura (ROLIMCREDI), Cooperativa de Crédito Rural do Vale do Guaporé (CREDIVALE), Cooperativa de Crédito Rural do Vale do Urupá (CREDIRON), Cooperativa de Crédito Rural de Nova Brasilândia D'oeste (CREDIBRÁS) e a Cooperativa de Crédito Rural de Presidente Médici (MÉDICICREDI).

As cooperativas de crédito do SICOOB atuando em Rondônia são a CREDISUL em Vilhena, a SICOOB BURITIS em Buritis, a PORTOCREDI em Porto Velho, Cooperativa de Crédito Rural de Colorado do Oeste (COLCREDI), Cooperativa de Crédito Rural de Ouro Preto do Oeste (OUROCREDI), Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Executivo Federal do Estado de Rondônia (CREDIFORTE), Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes das Carreiras Jurídicas e dos serventuários de Órgãos da Justiça e Afins no Estado de Rondônia (CREDJURD), Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empresários de Ji-Paraná (RO) (EMPRECRED), Cooperativo de Economia e Crédito

Mútuo dos Empregados da EMBRAPA Ltda. (CREDIEMBRAPA) e a CREDIP em Pimenta Bueno.

É importante ressaltar a atuação da Cooperativa de Crédito de Pimenta Bueno (CREDIP), ela é um exemplo de como o modelo de cooperação de crédito torna-se um meio de ativos financeiros contribuindo com a economia da região, para a tão almejada prosperidade econômica.

1.2 Pesquisa de campo

1.2.1 Histórico e Funcionamento da Credicacoal

A Credicacoal foi constituída em 1999, inicialmente com 64 associados e um capital social de R\$151.000,00. Iniciou suas atividades no dia 14 de maio de 2000, funcionando com diretoria constitutiva provisória, realizou sua primeira eleição de associados para os Conselhos Administrativo e Fiscal em 2002. Anualmente é realizada Assembléia Geral Ordinária para apresentação e aprovação dos resultados do exercício e distribuição das sobras; eleição de associados para os cargos do conselho fiscal; deliberação sobre o plano de metas para o exercício e assuntos gerais de interesse do quadro social.

Até o mês de maio de 2007, a Credicacoal contava com 343 associados e um capital social de R\$5.500.000,00, segundo informações prestadas por Filus (2007), atendendo seus associados nas suas necessidades financeiras através de empréstimos, descontos de cheques, duplicatas e nota promissória rural (NPR) e oferecendo ainda serviços como: depósitos em conta corrente, saques, aplicações, transferência de valores, recebimento de títulos e duplicatas, impostos, taxas e outros. Dispondo também serviço de débito automático e fornecimento de talão de cheques.

Para se associar à cooperativa a pessoa deverá integralizar capital denominado de quota-parte. O associado além de participar da cooperativa torna-se possuidor de conta corrente para movimentação.

A cooperativa participa do Sistema Credisis, através de uma Central – Centralcredi - NOBR que agrega 14 filiais localizadas no estado de Rondônia e Acre. A cooperativa obedece às normas do Sistema Financeiro Nacional, estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. Seu sistema de contabilidade obedece às normas do Plano de Contas das Instituições Financeiras (COSIF). Os lançamentos contábeis são registrados na própria cooperativa e acompanhados pela Central.

Diariamente recebe malotes para processamento da movimentação de seus associados, sendo que o processamento é similar ao sistema de bancos convencionais. Faz parte do sistema de compensação através do Banco do Brasil, onde mantém as contas de seus associados vinculadas a uma conta central da cooperativa.

O organograma da Cooperativa é composto por Assembleia Geral Ordinária, Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, e setores de gerência e execução. funcionamento diário da cooperativa é mantido pela Diretoria Executiva presente permanentemente, pelos setores de gerência geral, gerência de negócios, de atendimento a operações, dos caixas, de contabilidade e administrativo, contando assim com um quadro de 20 funcionários, a maioria detentora de curso superior ou cursando.

A Credicacoal participa da comunidade, oferecendo aos seus associados, serviços e atendimento diferenciado e personalizado, gerando emprego e renda direta e indiretamente. Diferente das demais instituições financeiras, seus recursos são movimentados dentro do próprio município (FILUS⁹, 2007).

1.2.2 Vantagens de ser cooperado

Dentre as vantagens apontadas pelo SEBRAE, estão o fato de a cooperativa ser dirigida e controlada pelos próprios associados e a retenção e aplicação dos recursos de poupança e renda no próprio município. Além disso, citam

⁹ Gerente Administrativo da Credicacoal

que as cooperativas garantem o acesso de pequenos empreendedores ao crédito e à poupança, que não são necessariamente o foco de interesse dos bancos convencionais.

Outras vantagens que podem ser observadas nas cooperativas são as facilidades em se obter o crédito, já que ele é menos burocrático, o emprego de mão de obra local, atendimento personalizado e menor custo operacional. Entretanto, o principal diferencial está na distribuição do lucro ou sobras excedentes que são rateadas entre os cooperados.

As cooperativas podem oferecer aos associados quase todos os produtos que um banco convencional oferece, como por exemplo:

- a) empréstimos pessoais;
- b) financiamentos de bens duráveis;
- c) poupança;
- d) conta corrente/cheque especial;
- e) recebimentos de títulos e contas;
- f) cartões de crédito;
- g) aplicações financeiras;
- h) seguros de vida;
- i) capitalização.
- j) saneamento financeiro

1.2.3 Comentários sobre resultados da pesquisa de campo

Em entrevista realizada com 34 associados (10% do quadro atual de associados), por meio de questionário (APÊNDICE) dirigido, constatou-se que estes têm entre 3 e 6 anos de filiação e o quê os levou a se associarem à cooperativa foi que na cooperativa a burocracia é menor e o atendimento é diferenciado.

Com relação ao o que a cooperativa oferece que o banco normal não oferece, a grande maioria (70% dos entrevistados) disse que é o atendimento personalizado.

Perguntados sobre as vantagens de ser um cooperado, 90% dos entrevistados se consideram donos da cooperativa. No entanto, 66% mantêm conta corrente em um outro banco. Os motivos pelos quais os cooperativados mantêm contas correntes em outros bancos é que as cooperativas ainda não oferecem cartões de crédito, seguros e também devido ao fato de que mantendo contas em outros bancos, com seus cadastros atualizados, eles têm mais fontes de créditos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as respostas dos associados questionados, pode se observar que eles preferem a cooperativa de crédito por se sentirem os donos do próprio negócio e ter atendimento personalizado, conseguir taxas de juros mais baixas e as aplicações melhor remuneradas.

Foi possível observar também que a maioria dos associados mantém conta corrente em outra instituição financeira, pois as cooperativas ainda não oferecem certos serviços que o banco convencional oferece como: cartão de crédito, aplicação em fundos, seguros, etc., e mantendo seus cadastros atualizados nestes bancos eles têm acesso a mais fontes de créditos, como capital de giro, por exemplo.

REFERÊNCIAS

BCB. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em 23 abr. 2007

BORGIO, Gilberto (Presidente da Centralcredi – Ji-Paraná-RO)

BRASIL. Lei 5.764/71, de 16 de dezembro de 1971 (Publicada no Diário Oficial de 16/12/71). Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências.

CECRESP. Cooperativas de Crédito – Conceitos e origens. Disponível em: <http://www.cecresp.org.br/Cooperativa_de_credito.aspx>. Acesso em 17 abr. 2007

CENTRALCREDI – Ji-Paraná. **Manual de Capacitação de Conselheiros Fiscais**. Ji-Paraná, RO: Centralcredi – Módulo I

DOMINGUES, Jane Aparecida Stefanos (Coord) **Cooperativismo de Crédito no Direito Brasileiro** Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002.

ETGETO, Anderson Augusto **Os princípios do cooperativismo e as cooperativas de crédito no Brasil** Revista de Ciências Empresariais, 2005, 4. ed. p.9.

FILUS, Inês (Gerente Administrativo da Credicacoal). **Como funciona uma cooperativa de crédito** Cacoal, RO, 28 de maio de 2007. Entrevista concedida a Cláudio B R Viana.

HILDEBRAND, A.R. **Dicionário Jurídico**, J.H.Mizuno
Leme – SP, J.H.Mizuno-EPP, 2004.

MEINEN, Ênio **Cooperativismo de Crédito**: raízes evolução e particularidades.
In MEINEN, E.; DOMINGUES, J.N.; DOMINGUES, J.A.S. Cooperativas de créditos no direito brasileiro. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002.

OCB – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Princípios cooperativistas. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.com.br/Cooperativismo/PrincípiosCooperativistas/tabid/335/Default.aspx>>. Acesso em 28 abr 2007.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques **Cooperativas de Crédito**: história da evolução normativa no Brasil. 4. ed. Brasília: BCB, 2006

SEBRAE2003. Como constituir uma cooperativa de crédito. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/br/parasuaempresa/cooperativismodecredito_1364.asp> . Acesso em: 13 abr 2007.

SICREDI. Disponível em: <<http://www.sicredi.com.br/>>. Acesso em: 13 de abril de 2007.

APÊNDICE

Questionário aplicado a 30 associados (10% do total de associados da credicacoal)

Nome ou Razão Social: _____

(Se necessário, assinalar uma ou mais alternativas)

- 1) É Cooperado há quanto tempo?
☐ 1 a 3 anos
☐ 3 a 6 anos
☐ 6 a 9 anos
☐ Mais de 9 anos
- 2) O que te levou a ser um cooperado?
☐ Menor taxa de juros nos empréstimos
☐ Maior rendimento nas aplicações
☐ Menos burocracia
☐ Atendimento diferenciado
☐ Outros motivos. Quais? _____
- 3) O que a Cooperativa oferece que você não encontra no Banco convencional?
☐ Acesso rápido ao crédito
☐ Atendimento diferenciado
☐ Maior rendimento nas aplicações
☐ Outros _____
- 4) Em sua opinião, quais as vantagens de ser um cooperado?
☐ Taxa de juros menores
☐ Maior retorno do investimento realizado
☐ Participação direta no desenvolvimento do município
☐ Saber que também é um dos donos da cooperativa
☐ Outros _____
- 5) Além da cooperativa, mantém conta corrente em outro Banco?
☐ Sim ☐ Não

Comentários (facultativo)
